



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 08.382/17

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Lagoa Seca, **Sr. Pedro Jacome de Moura**, concedendo Aposentadoria Voluntária com proventos proporcionais a **Sra. Lourdes Maria Barbosa da Silva**, matrícula nº 000198, Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que contava, à época do ato, com 26 anos, 10 meses e 12 dias de tempo de serviço e idade de 55 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
Conselheiro - Relator

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria nº 171/2017 e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
Conselheiro - Relator



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## 1ª CÂMARA

Processo TC nº 08.382/17

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): **Lourdes Maria Barbosa da Silva**

Órgão: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Lagoa Seca

Gestor Responsável: **Pedro Jacome de Moura**

Procurador/Patrono: Não há

Aposentadoria Voluntária com proventos Proporcionais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC nº 00078 / 2020

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 08.382/17** referente Aposentadoria Voluntária com proventos proporcionais a **Sra. Lourdes Maria Barbosa da Silva**, matrícula nº 000198, Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria nº 171/2017], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 30 de janeiro de 2020.

Assinado 3 de Fevereiro de 2020 às 12:51



**Cons. Antônio Gomes Vieira Filho**  
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 3 de Fevereiro de 2020 às 13:16



**Luciano Andrade Farias**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO